

Fórum de DAFs

Abep poderá editar Catálogo de Preços ainda este ano

A estrutura administrativa do Estado do Pará, na qual está incluída a Prodepa (*Processamento de Dados do Estado do Pará*), várias ações colocadas em prática por aquela empresa, caso do Programa de Qualidade/Central de Atendimento, e o Catálogo de Preços da **Abep**, foram alguns dos temas levados ao conhecimento dos diretores administrativos-financeiros (*DAFs*) das afiliadas da **Abep**, em reunião realizada dias 8 e 9 de dezembro, em Belém (*PA*). O evento foi coordenado por Edilson do Nascimento Santos, presidente da Prodepa e vice-presidente da **Abep**.

De acordo com Mariléa Sanches, secretária executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (*Sepof/PA*), a necessidade de implementar um programa de gerenciamento de gastos públicos contribuiu para que a Prodepa deixasse de integrar o orçamento do Estado e passasse a operar como uma empresa pública independente.

Ainda dentro do projeto de modernização da gestão pública, a representante do Tribunal de Contas do Pará, Nely Miranda, falou sobre os desafios na implantação de uma nova política de gestão de pessoas.

Para ela, esse projeto revela três dimensões: a) instância legal (reforma do Estado,



acentuada nos últimos dez anos); b) cultural (lenta porque está centrada na burocracia e não no gerenciamento das ações); c) gestão (parcerias com entidades e com a sociedade)

Atendimento

A Central de Atendimentos da Prodepa não é uma simples registradora de chamadas ou de serviços. Mede, também, o grau de satisfação dos usuários. O próprio usuário abre seu chamado, via Bytefone (*corresponde a um call center*) ou WEB, e informa a prioridade ao preencher o catálogo de serviços. Ou seja, ele determina o prazo que quer ver sua solicitação ser solucionada. A partir daí, um analista "resolvedor" terá um tempo determinado para cumprir o atendimento e fechar a solicitação.

Catálogo de Preços

A **Abep** deverá disponibilizar

este ano em seu site um catálogo de preços. O objetivo é mostrar as características que interferem nos preços dos serviços prestados nas diversas regiões do País.

De acordo com o assessor da presidência do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (*Proderj*) e responsável pela conclusão deste trabalho, Alexandre Gitahy, o projeto encontra-se na fase de recebimento de críticas e sugestões.

Outras palestras

O encontro teve ainda as seguintes palestras: Gerenciamento Eletrônico de Documentos (*SM2A*); Conexão Móvel em Alta Velocidade (*Amazônia Celular*); Processo de Autarquização (*ITI/ES*); e Gestão da Política de Tecnologia do Estado (*Prodepa/PA*).

Quando a TI alcançar os direitos do cidadão

Aubirlan Vitoi, diretor executivo da Abep

A Tecnologia da Informação (TI) é o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Atualmente, ela é aplicada em todos os recantos da sociedade, seja na telecomunicação, no atendimento virtual ou na área da medicina, entre outras. Sua finalidade e seu processo evolutivo são tamanhos que chega a ser impossível pensar a sociedade atual sem a presença da TI. Entretanto, sua evolução não se dá de forma uniforme em todos os âmbitos, o que nem sempre fica explícito.

À medida que a Tecnologia da Informação é incorporada ao sistema produtivo, ela altera radicalmente a estrutura e o modo pelo qual o trabalho é executado. Trata-se de uma consequência do aumento da capacidade de coletar, armazenar, processar e transferir informações, o que diminui o tempo de comunicação, o prazo da resposta, além de expandir o conhecimento das instituições.

O principal beneficiado com toda esta evolução é o cidadão, que testemunha, cada vez mais, uma ampliação da malha de serviços prestados. Num curto espaço de tempo já se tornou possível comprar itens pela internet, pagar contas sem sair de casa, participar de reuniões à distância, fazer cursos *on line*, entre diversas outras possibilidades.

Mas a ampliação dos serviços desenvolvidos, em grande parte estabelecidos pelos governos, contempla a área das obrigações dos



cidadãos. Tornou-se extremamente fácil, por exemplo, pagar contas e declarar o imposto de renda sem precisar sair de casa. Também já é possível observar uma gama de serviços desenvolvidos para garantir a transparência das gestões e das ações governamentais.

Por outro lado, quando o foco recai sobre os direitos do cidadão, o investimento dos governos ainda é tímido. Declaramos o imposto de renda sem sair de casa, mas não conseguimos solicitar uma restituição de um pagamento indevido com a mesma facilidade. É possível encontrar inúmeras instituições repletas de filas que obrigam o cidadão a desperdiçar seu tempo para garantir um benefício primário, como educação, saúde e outros. São instituições que ainda demandam a presença física do cidadão em serviços que a tecnologia da informação poderia dispensá-la.

É evidente que além de propiciar a evolução de todo um sistema, a TI vai muito além de uma reorganização

administrativa. Entretanto, seu progresso é fomentado, em grande parte, pelas ações governamentais. É necessário que o governo desenvolva políticas públicas na área de Tecnologia da Informação com foco nas principais necessidades do cidadão, atendendo principalmente as áreas de educação, saúde e segurança pública. Com isso, as filas nas escolas no período de matrículas e nos hospitais e postos médicos seriam evitadas e o acompanhamento dos processos no judiciário seriam facilitados. É preciso que, antes de tudo, dentro de todo este contexto de dinâmica evolução da TI, os direitos do cidadão sejam observados pelos governos.

EXPEDIENTE

FATOS ABEP é uma publicação mensal, de circulação dirigida, da **ABEP** - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação - Rua Agueda Gonçalves, 240 - CEP 06760-900 - Taboão da Serra, SP - Fones (0xx11) 6845.6094 e 6845.6103 -

Home Page: www.abep.sp.gov.br - **E-mail:** abep@abep.sp.gov.br - **Redação e edição:** Notas e Notícias Ass. de Comunicação S/C Ltda - Praça Alpha de Centauro, 54 - Térreo - cj. 3 - Santana de Parnaíba, SP - E-mail: notasnot@terra.com.br - **Jornalista responsável:** Jorge Abduch - MTb 13.164-SP - **Editor assistente:** Luiz Gallo - MTb 14.576-SP - **Impressão:** Companygraf - **Coordenador Editorial:** René Lapyda (Prodesp) **Colaboradoras:** Cecília Miyata (Abep)

ABEP

Diretoria Executiva
Presidente
 Tereza Cristina Porto Xavier (Proderj)
Vice-presidente
 Edilson do Nascimento Santos (Prodepa)
Diretores executivos
 Paulo Alcântara Saraiva Leão (Étice/CE)
 Aubirlan Borges Vitoi (Aganp/GO)
Presidente do Conselho
 Adriano Henrique Olinto da Motta (Codin/RN)
Secretário Executivo
 René Lapyda (Prodesp)

Projetos da Prodesp são premiados

Seis soluções de e-Gov (*governo eletrônico*) que contam com a participação da Prodesp (SP) receberam, em dezembro, o prêmio "Inovação em TI", concedido pela Plano Editorial.

Conquistaram o prêmio: o e-Poupatempo e o Cidadão.SP (*Casa Civil*); o Pregão Eletrônico e a AIDF Eletrônica (*Secretaria da Fazenda*); a Teleaudiência Criminal (*Tribunal de Justiça e Secretaria da Administração Penitenciária*); e o Expressinho (*Tribunal de Justiça*).

No final de novembro, o Cidadão.SP, a Teleaudiência Criminal e a Rede do Saber (*Secretaria da Educação*) também foram contemplados com o prêmio "Mário Covas", concedido pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.

Lançado em 2004, o prêmio Mário Covas reconhece as melhores práticas de gestão pública do Estado de São Paulo.

Prodemge está entre as maiores do setor de TI

Depois de ter sido colocada pela revista Info-Exame, da Editora Abril, entre as maiores do setor de Tecnologia da Informação no País, a Prodemge (MG) aparece em terceiro lugar no *ranking* de Minas Gerais.

Publicado pela Associação das Empresas Brasileiras de TI, Software e Internet de Minas Gerais (*Assespro*), a classificação mineira é vista como importante instrumento do setor.

Prodeb economiza R\$ 2,6 milhões com o uso do pregão eletrônico

O governo da Bahia deixou de gastar no ano passado R\$ 13,4 milhões nas compras realizadas por meio de pregão eletrônico pela Secretaria da Administração. Desse total, a Companhia de Processamento de Dados daquele Estado (*Prodeb*) contribuiu com R\$ 2,6 milhões em 33 pregões realizados.

O montante economizado

pela Prodeb equivale a 55,39% do valor estimado para aquisições e contratações da companhia.

O pregão funciona por meio de sessão pública, presencial ou em uma sala virtual de "chat" na Internet, reunindo as empresas interessadas em fazer negócios com o Estado. Neste espaço é realizada uma franca

disputa, sempre pela oferta do menor preço. Outra vantagem é a rapidez. Antes eram necessários dois meses para a aquisição de um computador, por exemplo. Agora, o tempo máximo é de 20 dias

ITI oferece treinamento a distância em software livre

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), órgão ligado à Casa Civil da Presidência da República, oferece aos funcionários públicos de qualquer esfera treinamento à distância em software livre.

Os cursos têm o apoio da Celepar (PR). Para realizá-los é necessário fazer um cadastro no endereço <http://cursos.cdctv.org.br/brasil/>

Internet Comunitária Sênior já incluiu 1.400 idosos

Criado como extensão do projeto "Internet Comunitária", o Internet Comunitária Sênior, que vem levando acesso à Internet em banda larga e aulas de alfabetização digital a alunos com mais de 60 anos, fechou 2005 com "chave de ouro".

Cerca de 1.400 alunos já

concluíram o curso de "Primeira Inclusão" criado pelo Proderj (RJ), que inclui noções básicas de Informática e navegação na Internet nos vários Centros de Internet Comunitária que atendem a terceira idade na capital e interior fluminense.

Abep presente no Fórum Nacional de Secretários de Administração

O que a **Abep** tem feito para eliminar a duplicação de esforços no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação e, com isso, tornar mais ágil e homogêneo o processo de modernização da Administração Pública. Esse foi o enfoque da apresentação de Adriano Motta, coordenador de Informática do Rio Grande do Norte e presidente do Conselho de Associados da entidade, no Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração (*LX Consad*). O evento, que debateu a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, foi realizado em Palmas (TO), dias 1 e 2 de dezembro, e contou, ainda, com a participação de dirigentes das entidades de Tecnologia da Informação e Comunicação de Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí e Tocantins.

De acordo com Motta, uma das vantagens da governança de TIC na área pública é permitir que as afiliadas participem da definição de soluções com os gestores do governo. Esse procedimento proporciona melhor retorno dos investimentos realizados e atende às demandas que visam a evolução e a modernização da Administração Pública.

Ele lembrou que as ações desenvolvidas pelas afiliadas da Abep têm contribuído para o compartilhamento de soluções e desenvolvimento cooperado entre elas, o que têm favorecido o debate e a formalização de parcerias nas esferas federal, estadual e municipal.

Ainda de acordo com Motta, o avanço da governança na gestão pública deve-se à tentativa de alinhar os processos de TIC às estratégias



governamentais e à otimização e controle dos recursos, cada vez mais escassos. Com isso, esclareceu o dirigente da **Abep**, a governança pública tem-se tornado cada vez mais dinâmica. "Nesse novo cenário, gestores e usuários de informática convivem com o rompimento dos processos e formas tradicionais de organização do trabalho, fazendo face às mudanças cotidianas radicais, impostas pela acelerada evolução tecnológica, que dificultam as tentativas de estabilidade em termos de modelo, técnicas e formas de organização institucional. Assim, é fundamental a definição do papel e do posicionamento da TIC na estrutura organizacional da administração pública", afirmou.

Outras palestras

Durante o evento, dirigentes de afiliadas da **Abep** debateram com os secretários estaduais de Administração os seguintes temas:

- Estrutura e modelo de gestão da TIC no Estado de Tocantins (*SI/TO*);
- Resultado da licitação da Rede PE Multi-Digital (*ATI/PE*)
- Compartilhamento de soluções de TI entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Norte nas áreas do Detran e Segurança Pública (*Codin/RN*)
- Desenvolvimento

cooperado do Portal de Turismo da Região Sul (*RS, SC e PR*) e Mato Grosso do Sul (*Codin/RN*)

- Apresentação da pesquisa de desenvolvimento cooperado e compartilhamento de soluções de TI (*Aganp/GO*);

Os secretários conheceram também o Sistema de Cadastro de Software Público Brasileiro (*SPB*) desenvolvido pela **Abep** em parceria com o Consad.

O que é o Consad

O Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) reúne os titulares das secretarias de Administração dos Estados, do Distrito Federal e dos órgãos correlatos.

Entre as finalidades do Conselho estão a participação na formulação e implementação das políticas nacionais de Administração Pública, a mobilização das bancadas federais no Congresso Nacional para a defesa e aprovação de matérias de interesse da Administração Pública, e a proposição de políticas públicas no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais